



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

ISSN 1645-8389

Estimativas Provisórias de População Residente Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios 2006



Ano de Edição 2007

FICHA TÉCNICA

Título

Estimativas Provisórias de População Residente, 2006, Portugal,
NUTS II, NUTS III e Municípios

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design e Composição

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

ISSN 1645-8389

ISBN 978-972-673-935-7

Periodicidade Anual

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

Serviço de Apoio ao Cliente 808 201 808

Índice

Introdução	3
Cap. I – Análise de Resultados	4
Cap. II – Metodologia e conceitos	11
Cap. III – Quadros de Resultados	15

Introdução

O Instituto Nacional de Estatística disponibiliza as estimativas da população residente relativas ao ano de 2006. Esta informação, de carácter provisório até à realização de um novo recenseamento, integra e actualiza a série de estimativas póscensitárias. Estas estimativas estão aferidas aos resultados definitivos dos Censos 2001¹ incorporando a informação demográfica referente a 2006 e disponível em 18 de Maio de 2007.

Após a realização do Recenseamento Geral da População em 12 de Março de 2001 ocorreram algumas alterações legislativas relativas à divisão geográfico-administrativo do país. Assim, e com o objectivo de manter as séries de população residente compatíveis e à semelhança do ocorrido nos anos anteriores, foram calculadas para 2006 estimativas de população residente por sexo e idades, a nível de município – e respectivas agregações por NUTS III e NUTS II (Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos) - de acordo com duas *geografias*:

- A que vigorava em 12 de Março de 2001, data de realização dos últimos Censos, e que tem em conta a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem do Município de Gavião da NUTS III Médio Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999). Esta geografia, abreviadamente designada nesta publicação *NUTS Antigas*, agrega os efectivos populacionais municipais segundo a NUTS regulamentada pelo decreto – lei nº46/89 de 15 de Fevereiro, não contemplando as alterações de freguesias ocorridas ainda em 2001 posteriores ao momento censitário.
- A que corresponde à divisão administrativa em vigor a 31 de Dezembro de 2004, que contempla a passagem da freguesia da Moita do município de Alcobaça para o de Marinha Grande (Lei n.º 28 /2001 de 12 de Julho) e a mudança da freguesia de Vale da Amoreira do município da Guarda para o de Manteigas (Lei n.º 29 /2001 de 12 de Julho). Neste caso os efectivos populacionais por município são agregados segundo a NUTS regulamentada pelo decreto-lei 244/2002, de 5 de Novembro, abreviadamente designada nesta publicação *NUTS Novas*. Com esta nova nomenclatura territorial a anterior NUTS II Lisboa e Vale do Tejo deu origem à NUTS II Lisboa, transitando o município de Mafra da NUTS III Oeste para a Grande Lisboa. Paralelamente, a nova agregação transfere de Lisboa e Vale do Tejo as NUTS III Oeste e Médio Tejo para o Centro e a NUTS III Lezíria do Tejo para o Alentejo.

De notar que os efectivos populacionais estimados para os municípios de Guarda, Manteigas, Alcobaça e Marinha Grande, diferem consoante se utilizem as NUTS à data dos Censos 2001 (*NUTS Antigas*) ou as NUTS criadas pelo decreto-lei 244/2002 de 5 de Novembro (*NUTS Novas*). Os motivos que explicam as diferenças decorrem da aplicação do método do seguimento demográfico a populações de partida e evoluções demográficas diferentes, pois têm subjacentes nomenclaturas diferentes que implicam populações de chegada distintas. Este facto inviabiliza a comparação das duas séries de estimativas apresentadas.

A utilização dos dados a nível de município, quando reportados a reduzidos efectivos populacionais, exigem particular cuidado, em especial quando desagregados por sexo e idade, devido à maior sensibilidade a variações das suas componentes.

Esta publicação tem a seguinte estrutura: no primeiro capítulo destacam-se os principais resultados; no segundo constam os aspectos metodológicos inerentes ao cálculo das estimativas póscensitárias; segue-se um terceiro capítulo com as estimativas por sexo e grandes grupos etários e os principais indicadores (de envelhecimento e dependência), referentes a Portugal, NUTS I, NUTS II, NUTS III, Municípios e Distritos, para o ano de 2006, bem como a população por idades ano a ano para Portugal e NUTS II. Estes resultados podem ser obtidos no site do INE www.ine.pt.

Agosto 2007

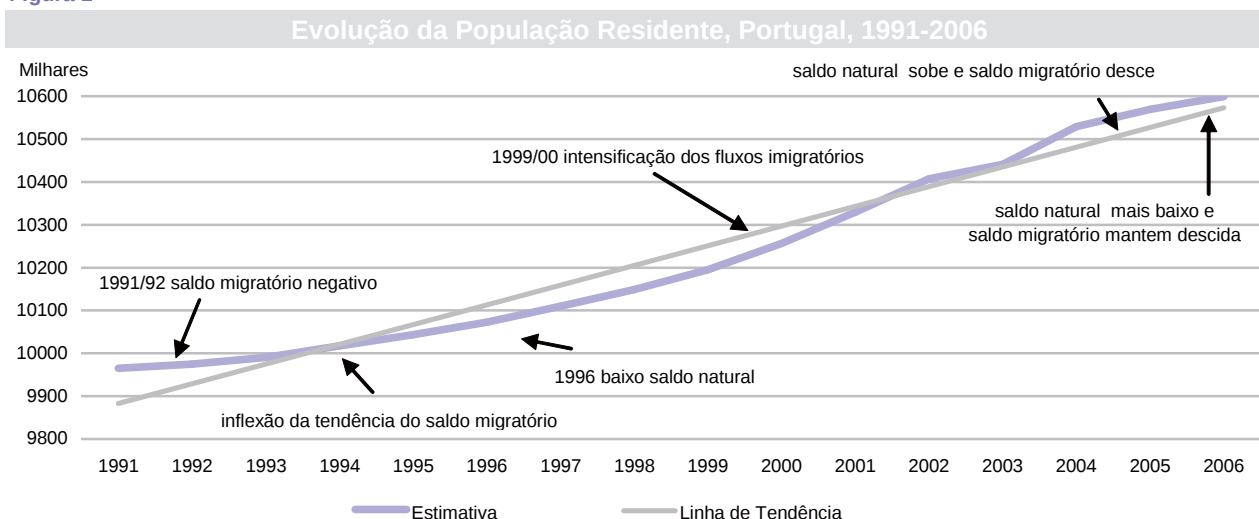
¹ Ajustados com as taxas de cobertura avaliadas pelo respectivo Inquérito de Qualidade e que medem as inclusões e omissões nas contagens dos indivíduos.

Capítulo I - Análise de Resultados

Em 31 de Dezembro de 2006, a população residente em Portugal foi estimada em 10 599 095 indivíduos, dos quais 5 129 937 homens e 5 469 158 mulheres. Comparativamente ao final de 2005 a população residente aumentou 29 503 indivíduos (0,28%).

De 1992 a 2006 assiste-se a um crescimento continuado da população, com tendência para acelerar o ritmo no final dos anos noventa, em resultado da intensificação dos fluxos imigratórios. Em 2006, tal como se verifica desde 2003, o ritmo de crescimento da população continuou a abrandar.

Figura 1



O abrandamento no crescimento da população, em 2006, deve-se sobretudo ao enfraquecimento do saldo migratório, comparativamente ao do ano anterior. Estima-se que, em 2006, o saldo migratório tenha atingido cerca de 26 100 indivíduos (38 800 entradas e 12 700 saídas), valor inferior em cerca de 12 300 face ao do ano anterior.

Quadro 1

Evolução da População Residente em Portugal e suas componentes, 1995-2006(*)						
	1995	1996	1997	1998	1999	2000
População média	10 030 376	10 057 861	10 091 120	10 129 290	10 171 949	10 225 836
População em 31.XII	10 043 180	10 072 542	10 109 697	10 148 883	10 195 014	10 256 658
Relação de Masculinidade (%)	93,0	93,1	93,1	93,1	93,2	93,3
Nados Vivos	107 084	110 243	112 933	113 384	116 002	120 008
Óbitos	103 475	106 881	104 778	106 198	107 871	105 364
Saldo Natural	3 609	3 362	8 155	7 186	8 131	14 644
Saldo Migratório	22 000	26 000	29 000	32 000	38 000	47 000
Variação Populacional	25 609	29 362	37 155	39 186	46 131	61 644
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,04	0,03	0,08	0,07	0,08	0,14
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,22	0,26	0,29	0,32	0,37	0,46
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,26	0,29	0,37	0,39	0,45	0,60

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
População média	10 292 999	10 368 403	10 441 075	10 501 970	10 549 424	10 584 344
População em 31.XII	10 329 340	10 407 465	10 474 685	10 529 255	10 569 592	10 599 095
Relação de Masculinidade (%)	93,4	93,4	93,7	93,7	93,8	93,8
Nados Vivos	112 774	114 383	112 515	109 262	109 399	105 351
Óbitos	105 092	106 258	108 795	101 932	107 462	101 948
Saldo Natural	7 682	8 125	3 720	7 330	1 937	3 403
Saldo Migratório	65 000	70 000	63 500	47 240	38 400	26 100
Variação Populacional	72 682	78 125	67 220	54 570	40 337	29 503
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,07	0,08	0,04	0,07	0,02	0,03
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,63	0,68	0,61	0,45	0,36	0,25
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,71	0,75	0,64	0,52	0,38	0,28

* Nota: Os dados referentes a nados vivos e óbitos de 2006 reportam-se à informação disponibilizada em 18 de Maio de 2007. Relativamente aos óbitos, por questões metodológicas, não foram incluídos no cálculo das estimativas 23 registos, de falecidos residentes em Portugal cuja data de nascimento é desconhecida.

As dinâmicas de crescimento regional ²

A análise a um nível geográfico mais desagregado revela heterogeneidade no crescimento demográfico de cada Região.

Em 2006, tal como no ano anterior, a taxa de crescimento efectivo máxima verificou-se no Algarve (1,2%) e a mínima no Pinhal Interior Sul (-1,3%). O número de NUTS III com taxas de variação negativas subiu para 14 e o ritmo de crescimento nas regiões com variação positiva voltou a abrandar.

Quadro 2

Taxas de crescimento efectivo (%), NUTS III, 2006		
	2006	NUTS
Máximo	1,16	Algarve
Mínimo	-1,29	Pinhal Interior Sul
Negativas (Nº NUTS)	14	
Positivas (Nº NUTS)	20	

Taxas de crescimento natural (%) NUTS III, 2006		
	2006	NUTS
Máximo	0,37	Cávado
Mínimo	-1,19	Pinhal Interior Sul
Negativas (Nº NUTS)	20	
Positivas (Nº NUTS)	14	

Taxas de crescimento migratório (%), NUTS III, 2006		
	2006	NUTS
Máximo	1,05	Algarve
Mínimo	-0,33	Douro
Negativas (Nº NUTS)	5	
Positivas (Nº NUTS)	29	

Nas regiões do Minho Lima, Alto Trás-os-Montes, Douro, Pinhal Interior Sul, Baixo Mondego, Serra da Estrela e Beira Interior Norte e Sul, Cova da Beira, Alentejo Litoral, Alto e Baixo Alentejo, e Alentejo Central, observou-se uma diminuição da população em 2006, em resultado de saldos naturais negativos e reduzidos saldos migratórios, ou mesmo negativos em algumas NUTS III.

Em 2006, todas as regiões NUTS III, à excepção do Tâmega, Douro, Baixo Mondego, Douro, Pinhal Interior Sul, e Alto Alentejo apresentam taxas migratórias positivas, destacando-se a taxa migratória do Algarve com um valor superior a 1%.

Uma análise a nível geográfico mais fino permite verificar que o valor máximo da taxa de crescimento efectivo se manteve no município de Sesimbra, passando de 4,55% em 2005 para 4,27% em 2006. No que se refere ao maior decréscimo relativo, em 2006 este ocorria no município de Almeida (-2,53%), enquanto que em 2005 esta posição era ocupada pelo município do Gavião (-2,64%).

² Nota - Toda a análise apresentada deve ter subjacente que os efectivos populacionais envolvidos são diminutos e as componentes naturais e migratórias, em muitos casos, são inferiores a meio milhar, reflectindo-se as oscilações anuais, por vezes, em mudança de sentido das taxas. Relevante é, igualmente, a dificuldade em conhecer com rigor os saldos migratórios, quer internos quer externos, factores essenciais na dinâmica do crescimento regional da população. Neste sentido, sublinha-se mais uma vez que é necessário algum cuidado na utilização dos dados a nível de município, em especial quando desagregados por sexo e idade.

Quadro 3

Variação Populacional e suas componentes, NUTS III, 2006						
NUTS III	Acréscimo populacional	Saldo Natural	Saldo Migratório	Taxa de Crescimento Efectivo (%)	Taxa de Crescimento Natural (%)	Taxa de Crescimento Migratório (%)
Portugal	29 503	3 403	26 100	0,28	0,03	0,25
Continente	28 117	2 603	25 514	0,28	0,03	0,25
Norte	6 550	4 744	1 806	0,18	0,13	0,05
Minho Lima	- 261	- 943	682	-0,10	-0,37	0,27
Cávado	2 223	1 520	703	0,54	0,37	0,17
Ave	1 602	1 253	349	0,31	0,24	0,07
Grande Porto	3 348	2 633	715	0,26	0,21	0,06
Tâmega	1 159	1 925	- 766	0,21	0,34	-0,14
Entre Douro e Vouga	1 319	531	788	0,46	0,19	0,28
Douro	-1 482	- 782	- 700	-0,69	-0,36	-0,33
Alto Trás os Montes	-1 358	-1 393	35	-0,62	-0,64	0,02
Centro	3 443	-5 407	8 850	0,14	-0,23	0,37
Baixo Vouga	1 763	213	1 550	0,44	0,05	0,39
Baixo Mondego	-1 371	- 862	- 509	-0,41	-0,26	-0,15
Pinhal Litoral	1 897	353	1 544	0,72	0,13	0,58
Pinhal Interior Norte	64	- 720	784	0,05	-0,52	0,57
Dão Lafões	439	-787	1226	0,15	-0,27	0,42
Pinhal Interior Sul	- 526	- 499	- 27	-1,26	-1,19	-0,06
Serra da Estrela	- 267	- 373	106	-0,55	-0,77	0,22
Beira Interior Norte	- 932	- 944	12	-0,83	-0,85	0,01
Beira Interior Sul	- 601	- 629	28	-0,80	-0,84	0,04
Cova da Beira	- 316	- 319	3	-0,34	-0,35	0,00
Oeste	3 066	- 92	3 158	0,86	-0,03	0,88
Médio Tejo	227	- 748	975	0,10	-0,32	0,42
Lisboa	15 129	6 473	8 656	0,54	0,23	0,31
Grande Lisboa	6 604	4 518	2 086	0,33	0,22	0,10
Península de Setúbal	8 525	1 955	6 570	1,11	0,25	0,85
Alentejo	-1 686	-3 475	1 789	-0,22	-0,45	0,23
Alentejo Litoral	- 392	- 457	65	-0,40	-0,47	0,07
Alto Alentejo	-1 057	- 969	- 88	-0,88	-0,81	-0,07
Alentejo Central	- 256	- 650	394	-0,15	-0,38	0,23
Baixo Alentejo	- 900	- 903	3	-0,70	-0,70	0,00
Lezíria do Tejo	919	- 496	1 415	0,37	-0,20	0,57
Algarve	4 681	268	4 413	1,12	0,06	1,05
R.A. Açores	777	471	306	0,32	0,19	0,13
R.A. Madeira	609	329	280	0,25	0,13	0,11

Estrutura etária e envelhecimento

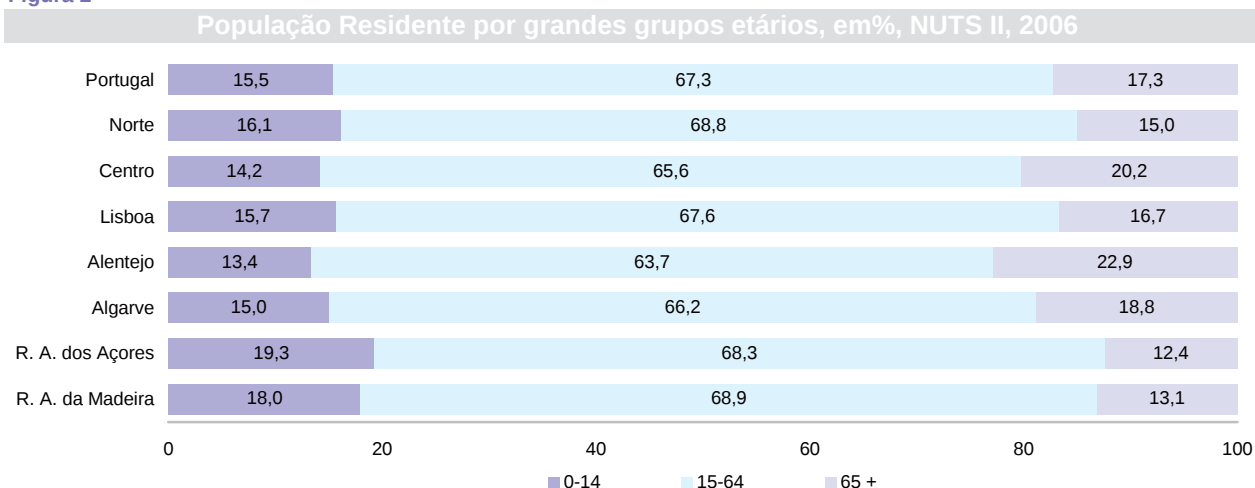
A proporção de jovens (com menos de 15 anos de idade) manteve-se próxima à do ano anterior (15,5%). Contrariamente, assistiu-se ao aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos de idade) na população total, passando a importância relativa de 17,1% para 17,3% em 2006. O envelhecimento populacional é mais notório nas mulheres, cuja proporção se elevou a 19,5% (19,3% em 2005), contra 14,9% nos homens (14,8 % em 2005).

A população em idade activa (15-64 anos) continua a registar duas tendências distintas: o grupo de adultos jovens (15-24 anos) reduz a proporção na população total de 12,2% em 2005 para 11,9% em 2006, enquanto a população com idades entre os 25 e os 64 anos segue a tendência da população idosa e eleva-se de 55,1% para 55,4% no mesmo período.

A Região Autónoma dos Açores detém a maior proporção de jovens (19,3%) e a mais baixa percentagem de idosos (12,4%). Na situação oposta encontra-se o Alentejo com a menor proporção de jovens (13,4%) e a maior percentagem de pessoas idosas (22,9%).

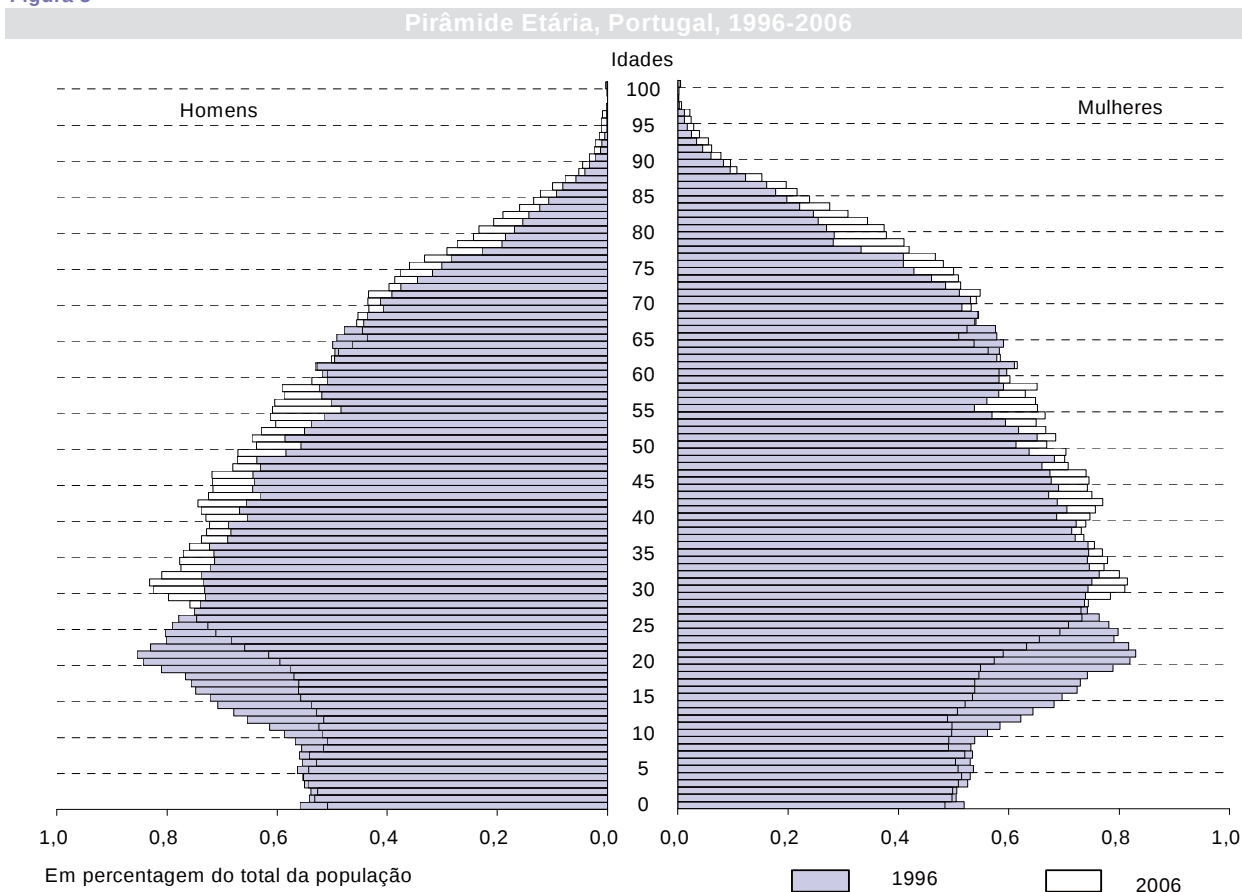
As Regiões do Norte, de Lisboa e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira são aquelas em que a importância relativa da população em idade activa na população total supera a média do país (67,3%). É no Alentejo (63,7%) que se situa o valor mais baixo, seguido do Centro com mais 1,9 pontos percentuais.

Figura 2



O contínuo processo de envelhecimento demográfico, quer na base da pirâmide etária, realçado pelo estreitamento que traduz a redução dos efectivos populacionais jovens, como resultado da baixa de natalidade, quer no topo da pirâmide, pelo alargamento que corresponde ao acréscimo das pessoas idosas, devido ao aumento da esperança de vida, está bem evidenciado no perfil que as pirâmides etárias assumem em 1996 e 2006.

Figura 3

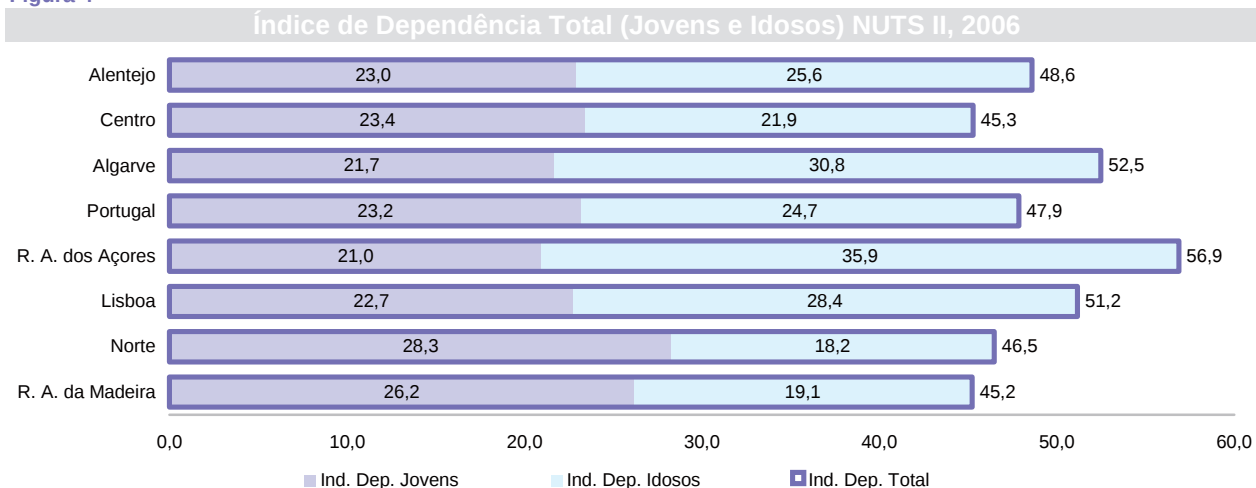


As mudanças na estrutura etária ocorreram em todas as regiões embora com ritmos diferenciados e estão bem expressas nos indicadores usualmente calculados para medir o grau de juventude ou envelhecimento e dependência das populações. Os índices de dependência e envelhecimento permitem confirmar o envelhecimento demográfico da população no período em análise.

O índice de dependência total, ou seja, o número de jovens (indivíduos dos 0-14 anos) e de idosos (com 65 ou mais anos) em cada 100 indivíduos em idade activa (15-64 anos), estabilizou em cerca de 48 desde 2000. Este valor é o resultado de duas evoluções opostas. O índice de dependência de jovens aumentou ligeiramente de 23,1 para 23,2, o quociente de idosos na população potencialmente activa diminuiu de 25,4 para 24,7 indivíduos, entre 2005 e 2006.

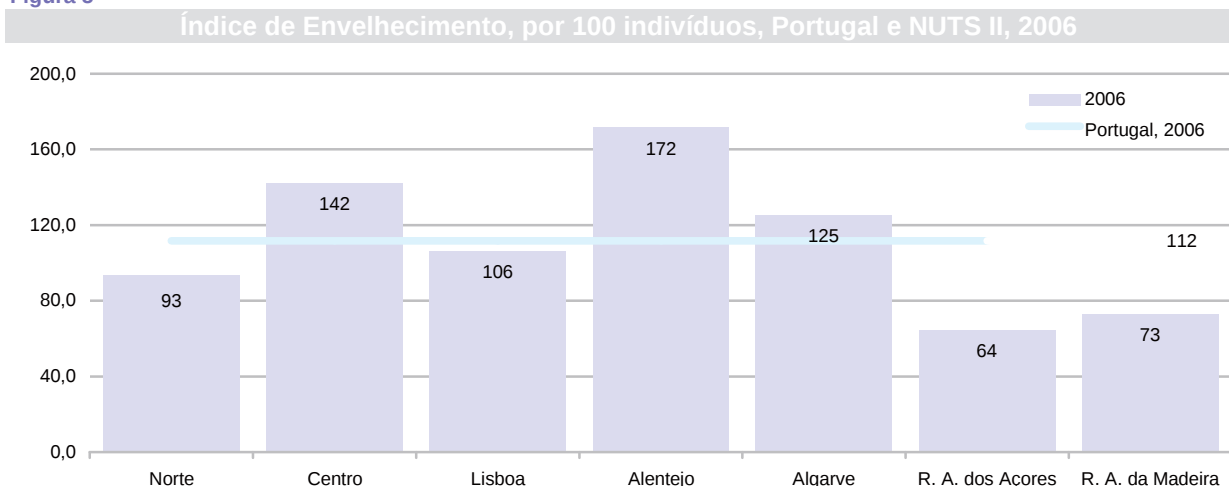
Nas regiões do Alentejo, Algarve, Lisboa e R. A. Açores, observaram-se índices de dependência de jovens inferiores à média nacional. No índice de dependência de idosos as regiões que assumem valores abaixo da média do país são a R. A. Madeira, o Norte e Centro.

Figura 4



O índice de envelhecimento é revelador da evolução demográfica recente. Este indicador passou de 109 indivíduos idosos por cada 100 jovens, em 2005, para 112 em 2006. O fenómeno do envelhecimento é mais forte entre as mulheres, reflectindo a sua maior longevidade. Desde 1995 que o número de mulheres idosas é superior ao número de mulheres jovens, mantendo-se em 2006 com valores bastante superiores aos dos homens: 133 *versus* 91.

Figura 5



Nas regiões do Alentejo, Centro e Algarve o índice de envelhecimento em 2006 é superior ao de Portugal. Em oposição, as Regiões Autónomas, o Norte e Lisboa assumem valores inferiores. As NUTS III que apresentaram o índice de envelhecimento mais elevado em 2006 foram o Alto Trás-os-Montes, o Pinhal Interior Sul, a Beira Interior Norte, a Beira Interior Sul, a Serra da Estrela e o Alto Alentejo. As regiões do Tâmega, Cávado e Ave detinham os índices mais baixos.

Quadro 4

Índices de Dependência e de Envelhecimento, Portugal e NUTS III, 2006

NUTS III	Índices de Dependência			
	Total	Jovens	Idosos	Índice de Envelhecimento
Portugal	48,60	22,96	25,64	111,66
Continente	48,73	22,75	25,98	114,21
Norte	45,29	23,43	21,87	93,34
Minho-Lima	52,24	20,71	31,53	152,24
Cávado	43,72	25,63	18,09	70,59
Ave	41,93	23,92	18,02	75,32
Grande Porto	43,91	22,75	21,16	93,02
Tâmega	45,19	27,21	17,99	66,10
Entre Douro e Vouga	43,16	22,86	20,30	88,78
Douro	51,27	20,83	30,45	146,21
Alto Trás-os-Montes	55,11	18,16	36,95	203,53
Centro	52,48	21,66	30,82	142,34
Baixo Vouga	47,80	22,93	24,87	108,47
Baixo Mondego	50,21	20,16	30,05	149,08
Pinhal Litoral	49,65	23,33	26,32	112,83
Pinhal Interior Norte	60,09	21,62	38,47	177,97
Dão-Lafões	53,34	22,13	31,21	141,05
Pinhal Interior Sul	70,69	18,35	52,34	285,24
Serra da Estrela	54,28	17,79	36,50	205,19
Beira Interior Norte	60,46	19,45	41,01	210,83
Beira Interior Sul	64,92	19,32	45,61	236,10
Cova da Beira	53,66	19,48	34,18	175,49
Oeste	50,56	22,86	27,70	121,19
Médio Tejo	53,96	21,06	32,91	156,28
Lisboa	47,86	23,20	24,66	106,26
Grande Lisboa	48,67	23,25	25,42	109,30
Península de Setúbal	45,79	23,08	22,71	98,42
Alentejo	56,88	20,95	35,93	171,56
Alentejo Litoral	54,98	19,16	35,82	186,99
Alto Alentejo	62,49	20,43	42,06	205,83
Alentejo Central	58,95	21,40	37,54	175,40
Baixo Alentejo	58,43	21,02	37,42	178,02
Lezíria do Tejo	52,93	21,52	31,41	145,91
Algarve	51,16	22,72	28,44	125,19
R. A. dos Açores	46,47	28,27	18,20	64,38
Região Autónoma da Madeira	45,23	26,16	19,07	72,88

Capítulo II – Metodologia e Conceitos

O método utilizado para conhecer a variação da população anual assenta na decomposição da mesma nas suas componentes, o movimento natural e o movimento migratório, conhecido como *método do seguimento demográfico* e expresso na seguinte equação de concordância:

$$P_{n+t} = P_n + N_{n+t} - O_{n+t} + I_{n+t} - E_{n+t}$$

$$P_{n+t} = P_n + SN_{n+t} + SM_{n+t}$$

P_n = população de partida, no ano n (população recenseada ou estimada)

N = número de nascimentos com vida (nados vivos) entre o ano n e $n+t$

O = número de óbitos entre o ano n e $n+t$

SN_t = saldo natural ou diferença entre nados vivos (N) e óbitos (O)

SM_t = saldo migratório ou diferença entre imigrantes (I) e emigrantes (E)

P_{n+t} = população de chegada ou no final do período (ou ano)

t = intervalo de tempo.... $t = 1, 2, 3, \dots, 10$ anos....

Nas estimativas anuais, e em particular para 31 de Dezembro de 2006, a equação assume a seguinte expressão analítica:

$$P_{31.12.2006} = P_{31.12.2005} + SN_{2006} + SM_{2006}$$

O método é aplicado para cada sexo em separado. No caso das idades aplica-se o método a cada geração da população de partida.

Exemplo para o ano de 2006:

$$P_{31.XII.06}^{0 \text{ anos}} = N_{(06)}^{0 \text{ anos}} - O_{(06)}^{0 \text{ anos}} + I_{(06)}^{0 \text{ anos}} - E_{(06)}^{0 \text{ anos}}$$

$$P_{31.XII.06}^{1 \text{ ano}} = P_{31.XII.05}^{0 \text{ anos}} - O_{(04)}^{0 \text{ anos}} - O_{(04)}^{1 \text{ ano}} + I_{(04)}^{0 \text{ anos}} + I_{(04)}^{1 \text{ ano}} - E_{(04)}^{0 \text{ anos}} - E_{(04)}^{1 \text{ ano}}$$

$$P_{31.XII.06}^{2 \text{ anos}} = P_{31.XII.05}^{1 \text{ ano}} - O_{(03)}^{1 \text{ ano}} - O_{(03)}^{2 \text{ anos}} + I_{(03)}^{1 \text{ ano}} + I_{(03)}^{2 \text{ anos}} - E_{(03)}^{1 \text{ ano}} - E_{(03)}^{2 \text{ anos}}$$

(...)

$$P_{31.XII.06}^{85+ \text{ anos}} = P_{31.XII.04}^{84+ \text{ anos}} - O_{(1921)}^{84 \text{ anos}} - O_{(\leq 1921)}^{85+ \text{ anos}} + I_{(1921)}^{84 \text{ anos}} + I_{(\leq 1921)}^{85+ \text{ anos}} - E_{(1921)}^{84 \text{ anos}} - E_{(\leq 1921)}^{85+ \text{ anos}}$$

Sendo,

P = População estimada ou recenseada	(ano) = geração de nascimento
N = Nados Vivos	E = Emigrantes
O = Óbitos	I = Imigrantes

Para calcular estimativas a nível das regiões utiliza-se o mesmo método de componentes e incorpora-se o saldo migratório interno (SMI), ou seja a diferença entre os fluxos de entrada numa região, provenientes de outras regiões, e o fluxo de saídas para todas as outras. Neste caso, a equação de concordância toma a seguinte expressão:

$$P_{n+t} = P_n + SN_{n+t} + SMI_{n+t} + SM_{n+t}$$

Fontes de informação

Os *Recenseamentos Gerais da População*; os dados obtidos a partir do registo de nados vivos e óbitos efectuado nas Conservatórias de Registo Civil, os dados do *Serviço de Estrangeiros e Fronteiras* do Ministério da Administração Interna (SEF/MAI) e do *Ministério dos Negócios Estrangeiros* no que se refere aos fluxos de entrada, aos *stocks de estrangeiros* que legalizam a residência e às autorizações de permanência; o *Inquérito ao Emprego (IE)*, no que se reporta à entrada de nacionais e aos movimentos migratórios externos; o *Inquérito ao Movimento Migratório de Saídas (IMMS)*, bem como as *Estatísticas dos países de destino* da emigração portuguesa, são fontes de informação utilizadas no cálculo das estimativas anuais de população residente em Portugal. O recurso a estas fontes permite quantificar, de forma precisa, o saldo natural (devido à obrigatoriedade do registo dos acontecimentos envolvidos - nados vivos e óbitos), e analisar tendências que permitem estimar os fluxos migratórios anuais (dado que não existe um registo directo e exaustivo dos respectivos acontecimentos), bem como determinar os saldos migratórios internos, componente importante na dinâmica regional.

As diferentes fases de execução das estimativas póscensitárias anuais

O processo de cálculo das estimativas inicia-se fixando os efectivos populacionais por sexo para o conjunto do país desagregado até ao nível de município. Os quantitativos estimados são a referência para as fases subsequentes.

Segue-se o cálculo das estimativas por idades segundo a mesma lógica, começando por se determinar os efectivos populacionais residentes em Portugal. Estimam-se posteriormente os efectivos por idades, para cada sexo em separado, para NUTS II, para as NUTS III e para os municípios. Adoptou-se o procedimento *top-down* tendo em conta a dimensão dos efectivos populacionais envolvidos a nível geográfico mais fino, que em alguns casos não aconselha o método do seguimento demográfico, e a fragilidade da informação sobre fluxos migratórios. A produção das estimativas póscensitárias decorre, em síntese, nas seguintes fases:

- *Fixar a população de partida*, que para 2006 foi a estimativa em 31 de Dezembro de 2005 ventilada por sexo e idade.
- *Repartir* o saldo migratório anual estimado para Portugal e por regiões, nas diferentes componentes, entradas e saídas, desagregado por sexo. Não permitindo os resultados censitários esta operação, torna-se necessário recorrer a outras fontes de informação que possibilitem uma aproximação dos movimentos migratórios anuais, como sejam os dados fornecidos pelo SEF, o IE e as estatísticas das migrações de alguns países de destino da emigração portuguesa.

A estimação dos saldos migratórios póscensitários enquadrou-se no processo desenvolvido no âmbito do cálculo das estimativas definitivas intercensitárias e das projecções de longo prazo, divulgadas pelo INE. Recorreu-se a um modelo matemático, denominado polinómio de terceiro grau, cuja variável explicativa é a tendência temporal, com o objectivo de obter um alisamento dos resultados anteriormente anualizados.

- *Adicionar* à população de partida para cada uma das regiões e sub-regiões os respectivos nados vivos bem como as entradas (imigração e retorno) estimadas, subtraindo os óbitos e as saídas (emigração) estimadas, ou seja, recorrer ao método das componentes.
- *Aplicar* à população encontrada uma taxa migratória interna, com dimensão anual, assente nos saldos migratórios internos apurados nos Censos 2001, que correspondeu à taxa média de 1995-2001. Este processo aplicou-se a todos os municípios do país.
- *Distribuir*, na ausência de informação detalhada por idades, as saídas externas de acordo com a estrutura média por idades dos emigrantes legais para o período de 1976 a 1988. Nas entradas provenientes do estrangeiro, que englobam os indivíduos com nacionalidade portuguesa e estrangeira, utilizou-se a repartição etária média do período 1995-2001, deduzida dos Censos 2001. A nível de NUTS III e municípios, não são directamente incorporados saldos migratórios. Para aquele âmbito geográfico aos efectivos populacionais globais estimados segundo o sexo, e que incorporam os saldos

migratórios internos e externos, é aplicada a estrutura etária da população obtida com o movimento natural.

- As estimativas são ajustadas, para assegurar a concordância com as regiões de nível hierárquico superior e destas com o conjunto do país. Aplica-se o método da repartição proporcional, que ajusta a soma das populações das sub regiões, de determinada idade e sexo, com o efectivo populacional da mesma idade e sexo do nível geográfico imediatamente superior.

Conceitos

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS - Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

Fórmula: $IDI = [(P(65,+) / P(15,64))] * 10^n$;

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS - Relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

Fórmula: $IDJ = [P(0,14) / P(15,64)] * 10^n$;

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA TOTAL - Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

Fórmula: $IDT = [(P(0,14) + P(65,+)) / P(15,64)] * 10^n$;

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(15,64) - População com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO - Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas dos 0 aos 14 anos).

Fórmula: $IE = [P(65,+) / P(0,14)] * 10^n$;

P(65,+) - População com 65 ou mais anos;

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

ÍNDICE DE JUVENTUDE - Relação entre a população jovem e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 65 ou mais anos).

Fórmula: $IJ = [(P(0,14) / P(65,+)) * 10^n$;

P(0,14) - População com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos;

P(65,+) - População com 65 ou mais anos.

MIGRAÇÃO PERMANENTE - Deslocação de uma pessoa através de um determinado limite espacial, com o objectivo de aí fixar residência por um período igual ou superior a 1 ano.

POPULAÇÃO MÉDIA - População calculada pela média aritmética dos efectivos em dois momentos de observação, habitualmente em dois finais de anos consecutivos.

Fórmula: $PM = (P(0) + P(t)) / 2$;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

POPULAÇÃO RESIDENTE - Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Nota: Este conceito foi utilizado no Recenseamento Geral da População (CENSO), pelo que o dia de referência se reporta ao momento censitário. Conceito extensível às Estimativas de População Residente, cuja população de partida se reporta ao momento censitário.

RELAÇÃO DE MASCULINIDADE - Quociente entre os efectivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino (habitualmente expresso por 100 (10^2) mulheres).

Fórmula: $RM = (H / M) * 10^n$;

H – População do sexo masculino;

M – População do sexo feminino.

SALDO MIGRATÓRIO - Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo.

Fórmula: $SM(0,t) = I(0,t) - E(0,t) = VP(0,t) - SN(0,t)$;

I(0,t) – Entradas por migração entre os momentos 0 e t;

E(0,t) – Saídas por migração entre os momentos 0 e t;

VP(0,t) – Variação populacional entre os momentos 0 e t;

SN(0,t) – Saldo natural entre os momentos 0 e t.

Nota: O saldo migratório pode também ser calculado pela diferença entre a variação populacional e o saldo natural.

SALDO NATURAL - Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

Fórmula: $SN(0,t) = NV(0,t) - Ob(0,t)$;

NV (0,t) – Nados vivos entre os momentos 0 e t;

Ob (0,t) – Óbitos entre os momentos 0 e t.

TAXA DE CRESCIMENTO EFECTIVO - Variação populacional observada durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).

Fórmula: $TCE = [P(t) - P(0) / [(P(0)+P(t)/2)] * 10^n$;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

TAXA DE CRESCIMENTO MIGRATÓRIO - Saldo migratório observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).

Fórmula: $TCM = [SM(0,t) / [(P(0) + P(t)/2)] * 10^n$;

SM(0,t) – Saldo migratório entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t

TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL - Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 100 (10^2) ou 1000 (10^3) habitantes).

Fórmula: $TCN = [SN(0,t) / [(P(0) + P(t)/2)] * 10^n$;

SM(0,t) – Saldo natural entre os momentos 0 e t;

P(0) – População no momento 0;

P(t) – População no momento t.

VARIAÇÃO POPULACIONAL - Diferença entre os efectivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

Fórmula: $VP = P(t)-P(0)$

P(t) – População no momento t;

P(0) – População no momento 0.

